

## INSCRIÇÕES ROMANAS DO TERMO DE LOURES<sup>1</sup>

LUÍS DA SILVA FERNANDES

### Introdução

Na época romana, o termo de Loures integrava o território rural do *municipium* de *Olisipo*. A rede hidrográfica desta região, na qual assumem especial relevo o rio Trancão e o rio de Loures, bem como a elevada potencialidade agrícola dos solos, propiciou o desenvolvimento de *uillae* (AA.VV., 1998: 12-13; Oliveira, 1998: 29); as mais recentes pesquisas arqueológicas forneceram exemplos desse tipo de unidades rurais na várzea de Loures<sup>2</sup>.

O escoamento dos produtos locais foi facilitado pela proximidade do rio Tejo e pela implantação de uma rede viária cujos principais eixos integravam os mais importantes itinerários da faixa atlântica da *Prouincia Lusitania* (cf. Mantas, 1998: 17-23; Mantas, 1996b: 717, 765-769). A rede hidrográfica permitiria o desenvolvimento da navegação fluvial na zona, nomeadamente no que respeita ao transporte de cargas pesadas, podendo mesmo falar-se de uma complementaridade entre a rede viária e as vias fluviais (vide Mantas, 1998: 18, 23 e 24, fig. 1)<sup>3</sup>. Esse conjunto de factores favoráveis estimulou certamente o povoamento e a economia desta área, obviamente ligada ao abastecimento de *Olisipo*.

Tal como nas restantes zonas do território olisiponense, o termo de Loures apresenta vestígios materiais da cultura epigráfica introduzida pelos Romanos. Tais vestígios, fundamentais no estudo da população local, não são abundantes na área do actual concelho de

---

<sup>1</sup> Versão mais desenvolvida (e corrigida) de um texto com idêntico título, publicado no catálogo *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*, Loures, 1998, 75-92.

<sup>2</sup> A esse propósito, vide Oliveira, 1998: 29-41; idem, 2001: 65-94; Silva, 1998: 43-48; idem, 2000: 71-84.

<sup>3</sup> Aliás, ao longo da época medieval regista-se ainda uma intensa navegação nos esteiros que existiram na área, apoiada em diversos cais de embarque, antes do seu assoreamento; nesse contexto, saliente-se igualmente a importância da exploração local de salinas (vide Lopes, 1977: 7; Ribeiro, 1977: 106-107; Rau, 1984: 64-65; Oliveira, 2001: 69-70).

Loures, concentrando-se nas zonas Norte e Oriental (vide Oliveira, 1998: 39-40, Mapa 1 e n. 6).

Conhecem-se apenas oito monumentos epigráficos, incluindo a parte superior de um cipo funerário. Além destes, existem alguns testemunhos epigráficos relativos à esfera económica que permanecem inéditos: as marcas em cerâmica de construção detectadas na *uilla* das Almoinhas (AA.VV., 1998: 128-130, nº 16, 17, 19, 21 e 25) e no Casal do Carrasco (AA.VV., 1998: 130, nº 26), depositadas no Museu Municipal de Loures; a presença de marcas impressas nesse conjunto afigura-se importante para o estudo da economia local e regional, face à escassez de dados sobre a produção de cerâmica de construção no município lisiponense (vide, por exemplo, Correia/Fernandes/Ruivo, 2001: 151-152 e 154, n. 11).

Quanto aos monumentos epigráficos conhecidos, três deles foram reutilizados em edifícios situados no concelho de Loures (nº 1, 2, 4) e um outro está depositado no Museu Nacional de Arqueologia (nº 8). Os restantes desapareceram na voragem dos tempos, tendo os seus textos sido transmitidos por via literária. Apesar da sua escassez, estes monumentos são esclarecedores relativamente à composição da população local na época romana, como demonstra o presente estudo.

### Os monumentos epigráficos<sup>4</sup>

**Nº 1** (fotos 1-2) — Cipo prismático de lioz rósea, com inscrição numa das faces, colocado (embutido) sobre o muro do adro da igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação, em Bucelas, freguesia de Bucelas; sobre o suporte da inscrição encontra-se uma cornija, que terá pertencido a este cipo. O monumento é originário de Bucelas, tendo estado tombado junto ao rossio da vila; a população local designava-a como «a Memória» (Gasco, 1924: 260).

Atendendo a um paralelo de Tróia (Setúbal), este monumento seria constituído por 4 elementos: um capeamento, a cornija, o fuste

---

<sup>4</sup> Para cada monumento apresenta-se o local de achado e o paradeiro, uma breve descrição, as medidas (altura x largura x espessura), a leitura interpretada do texto e a respectiva tradução, a altura das letras e dos espaços interlineares, a bibliografia, as eventuais variantes de leitura e, finalmente, um comentário que procura abordar as principais características da inscrição e realizar a integração histórica do monumento. Todas as medidas são indicadas em centímetros, sendo colocadas entre parênteses quando não estão completas.

epigrafado e uma base<sup>5</sup>; quer o capeamento, quer a base desapareceram, estando a parte inferior do fuste embutida no muro do adro. A cornija é moldurada, apresentando garganta encestada (7,5 cm de altura), três filetes directos (2,5, 3 e 2 cm de altura, respectivamente) e gola directa; a parte superior (irregularmente desbastada) ostenta um orifício circular com 6 cm de diâmetro, no qual encaixaria um outro elemento do conjunto, eventualmente um capeamento (vide nº 8). A exposição do monumento às intempéries desgastou não só a cornija, mas também as letras da inscrição, gravadas na face voltada para o rossio de Bucelas e cuja leitura é particularmente difícil sem a iluminação adequada<sup>6</sup>. O campo epigráfico corresponde à totalidade da face epigrafada do monumento.

Dimensões: fuste — (184) x 90 / 91 x 83,5 / 84; cornija — 51 / 52 x 95 x 90,5.

Campo epigráfico: (184) x 90.

D(iis) M(anibus) / L(ucii) IVLI(i) L(ucii) F(ili) GALER(ia tribu) /  
 IVSTI AEDILIS / AN(norum) XXVIII /<sup>5</sup> L(ucius) IVLIVS REBVRRVŞ  
 PĀTĒ[R] / ET IVLIA IVSTA MATĒR / FILIO PISSIMO

Aos deuses Manes de Lúcio Júlio Justo, filho de Lúcio, inscrito na tribo Galéria, edil, de 28 anos. Lúcio Júlio Reburro, o pai, e Júlia Justa, a mãe, ao filho modelo de piedade.

Altura das letras: l. 1: 14; l. 2: 10,5/11; l. 3: 11; l. 4: 10; l. 5: 7; l. 6: 7; l. 7: 7/7,5. Espaços interlineares: 1: 12; 2: 5; 3: 4; 4: 4; 5: 3,5; 6: 3,5; 7: 3; 8: 82.

Bibliografia: Gasco, 1627-33: 286; CIL II 313; Castro, 1758: 458; Baptista, 1876: 727 (referência); Gasco, 1924: 260; Alves, 1946: 4;

<sup>5</sup> Trata-se do cipo prismático funerário de *Galla* (IRCP 210); a cornija, ligada ao fuste através de um espigão de ferro, possui três encaixes na face superior, provavelmente destinados à prensão do capeamento (vide Ribeiro, 2002: 543-544, nº 282).

<sup>6</sup> No que respeita ao texto, tanto a leitura, como a obtenção de fotografias suficientemente nítidas apresentam dificuldades, apenas ultrapassáveis com o recurso a iluminação especial. Aqui fica o nosso agradecimento à Dra. Ana Cristina Oliveira e à equipa da Junta de Freguesia de Bucelas, cujo apoio foi indispensável na análise *in loco* do monumento.

Azevedo, Ferrão e Gusmão, 1983: 17 (referência); Alarcão, 1988: 121, nº 5/214 (referência); Ribeiro, 1994: 85.

Variantes de leitura: l. 1: D · M (Gasco); D. M. (Alves); D · M · S (Hübner); l. 2-3: L: P: L: L: F: TUSTIA: EDO (Gasco); L · PLLFTVSTIAEDO (Hübner); L. P. J. L. F. TUSSIA : (Alves); l. 4: ANN: XXVIII (Gasco); ANN · XXVIII (Hübner); E DO : ANN. XVIII. (Alves); l. 5-7 (ausentes em Alves, Hübner e Gasco; este último não apresenta a distribuição linear do texto).

O texto, ordenado segundo um eixo de simetria, apresenta uma boa paginação, não tendo sido cortadas palavras na translineação. Note-se o relevo dado pelo lapicida à consagração aos Manes, à identificação do defunto e à sua idade, através do recurso a letras com um módulo maior, que diminui progressivamente até à linha 4. O texto está gravado em letras capitais quadradas.

Até meados deste século, os diversos autores que apresentaram a leitura da inscrição divulgaram um texto praticamente ininteligível, não respeitando a distribuição linear e omitindo qualquer referência às três últimas linhas. Recentemente, Cardim Ribeiro (1994: 85) deu a conhecer a identificação correcta do defunto memorado neste epitáfio, bem como o cargo que detinha<sup>7</sup>. Apesar de algumas dificuldades, particularmente na linha 5, a leitura completa do texto é perfeitamente possível. Na primeira linha foi gravada a habitual consagração aos deuses Manes, em sigla (*D. M.*). As linhas 2 e 3 registam o nome do defunto (l. 2: *L. Iuli*; l. 3: *Iusti*), a filiação (l. 2: *L. f.*), a sua inscrição na tribo Galéria (l. 2: *Galer.*) e o cargo que desempenhou (l. 3: *aedilis*); a linha 4 menciona a idade com que faleceu (*an. XXVIII*). Nas linhas 5 e 6 estão contidos os nomes dos dedicantes do epitáfio (l. 5: *L. Iulius Reburris*; l. 6: *Iulia Iusta*) e o seu grau de parentesco com o defunto (l. 5: *pate[r]?*; l. 6: *mater*)<sup>8</sup>. A última linha reforça a relação de parentesco (*filio*) e as qualidades do defunto (*piissimo*).

<sup>7</sup> Ao Dr. José Cardim Ribeiro, que primeiro procedeu ao reexame deste monumento, o nosso bem-haja pelo auxílio e pelos esclarecimentos que gentilmente nos facultou relativamente à leitura do texto, bem como pela cedência da foto 2. Naturalmente, qualquer erro ou inexactidão de que enferme a presente análise é da nossa exclusiva responsabilidade.

<sup>8</sup> Na linha 5, a seguir à indicação do gentilício, um rasgão na pedra quase fez desaparecer um R (resta apenas a parte inferior), a seguir ao qual está um E e uma letra incompleta que poderá ser um P ou, mais provavelmente um B (apresenta ainda uma curvatura na zona superior, sendo possível que o desgaste da pedra nessa zona tenha feito desaparecer a pança de um B); em seguida, distinguem-se dois RR, um V

O defunto apresenta três nomes, os *tria nomina* habituais no modo de identificação romano: *Lucius*, o *praenomen*; *Iulius*, o gentílico; e *Iustus*, o *cognomen*. Além disso, é indicada a sua filiação (*praenomen* do pai + sigla *f.*) bem como a sua inscrição na tribo Galéria, o que atesta a sua condição de cidadão romano.

Os pais do defunto não indicam claramente o respectivo estatuto. *L. Iulius Reburus*, o pai, identifica-se igualmente com os *tria nomina*, mas sem indicar a filiação e a tribo, o que poderá denunciar um liberto; *Iulia Iusta* também omite a filiação e, sobretudo, usa o mesmo gentílico do marido, o que sugere inclusivamente um casal de libertos. No entanto, poderá haver outras explicações quer para a ambiguidade da estrutura onomástica apresentada, quer para a identidade de gentílicos, já que não estamos em presença de nomes gregos ou latinos de ressonância servil (cf. Jiménez Losa, 1997: 753-754). Deste modo, para tentar determinar o estatuto social do casal através da sua estrutura onomástica, convém ter em conta igualmente o contexto regional.

O defunto e os seus pais identificam-se com um gentílico latino abundantemente representado em *Olisipo* e seu território, onde surge como o gentílico mais importante, em termos quantitativos (Ribeiro, 1982-1983: 449-451). O papel desempenhado por Octaviano no processo de promoção de *Olisipo* a município de direito romano (vide Faria, 2001: 351-362, esp. 353-355)<sup>9</sup> explica a elevada percentagem de *Iulii* no território olisiponense; efectivamente, o novo estatuto de

---

e, com alguma dificuldade, um S, formando o *cognomen Reburus*; no final da linha, afectado pela erosão da aresta do fuste, é possível ler um P, a seguir ao qual existem vestígios de um traço oblíquo, encostado à pança do P, e de uma barra vertical (pertencente a um T?), bem com alguns traços horizontais que poderão ser vestígios de barras horizontais, pertencentes a um E, eventualmente geminado com a letra anterior. É provável que existisse mais uma letra no final da linha pois, antes da erosão da pedra, havia espaço para ela: enquanto o espaço entre a aresta e a primeira letra dessa linha é de cerca de 4 cm, no fim da linha o espaço entre a última letra e a aresta do fuste é nulo, o que traduz maior grau de desgaste da pedra no lado esquerdo do campo epigráfico, atendendo à simetria de todo o texto. O contexto da inscrição sugere que o final da linha 5 indicaria o grau de parentesco de *Reburus* com o defunto, pelo que poderemos reconstituir a palavra *PATER*, supondo a existência dois nexos (PA + TE) e o desaparecimento da letra R.

<sup>9</sup> Apesar da controvérsia em torno da cronologia (cesariana, octaviana ou augustana) aplicável à promoção municipal de *Olisipo* (cf. análise e recolha bibliográfica in Ribeiro, 1994: 76-77; Faria, 2001: 354-356), a posição convincente de A. Faria (2001: 354-355, por exemplo) tem conquistado adeptos (vide Ribeiro, 1994: 76); no entanto, perdura ainda um outro aspecto do debate, relativamente à possibilidade de essa promoção ter sido antecedida de outros estatutos (vide Mantas, 1996a: 353; Ribeiro, 1994: 77; *contra*, Faria, 2001: 353).

*Olisipo* implicou o alargamento da cidadania romana a todos os seus habitantes livres que adoptaram, como era usual, o gentílico do governante responsável pela sua promoção jurídica (vide Ribeiro, 1974-1977: 283, por exemplo).

Os diversos ramos dos *Iulii* olisiponenses, durante os séculos I e II d. C., participaram regularmente na administração municipal, aliando-se a famílias importantes de *Olisipo* (Ribeiro, 1982-1983: 449-451; Fernandes, 1998-1999: 140-141); no século I d. C. dominam as mais prestigiantes funções no culto imperial tal como os seus libertos (vide Étienne, 1990: 222-223 e 225; Fernandes, 1998-1999: 140).

*Iustus/-a* é *cognomen* latino relativo a qualidades morais e sociais, habitualmente usado por homens (Solin et Salomies, 1988: 347; Kajanto, 1982: 68 e 133), com 32 ocorrências na Hispânia (Abascal Palazón, 1994: 393), 24 das quais masculinas; em *Olisipo* identifica tanto cidadãos romanos como libertos<sup>10</sup>. *Reburus* é um antropónimo indígena que ocupa o 18º lugar na frequência de *cognomina* na *Hispania* e é o terceiro dos nomes indígenas da mesma série (Abascal Palazón, 1994: 480-482)<sup>11</sup>.

Verifica-se assim que, no território olisiponense, o gentílico *Iulius* é usado abundantemente, quer por cidadãos, quer por libertos e que o *cognomen* *Reburus* não está atestado no meio servil, ao contrário de *Iustus* que tanto identifica cidadãos como libertos. Por outro lado, na epigrafia funerária de *Olisipo* e seu *ager*, os dedicantes masculinos aparentados com cidadãos romanos omitem frequentemente a filiação e a menção da tribo (CIL II 227; 254; 302; 320; 321; 322).

Assim, é muito provável que *L. Iulius Reburus* seja um cidadão romano de origem indígena. Por conseguinte, o facto de marido e mulher usarem o mesmo gentílico pode dever-se a um dos seguintes cenários (cf. Edmonson, 2000: 313 e n. 23):

a) *Iulia Iusta* teria sido escrava de *L. Iulius Reburus*, que a libertou para casar com ela;

---

<sup>10</sup> CIL II 199 (*C. Tenatius C. f. Gal. Iustus*); CIL II 210 + AE 1990, 487 (*Iustus*, filho de *L. Cominius Expectatus*); CIL II 214 ([.] [*F*] *abius Iusti f. Gal. Rufus, cluniens.*); CIL II 241 (*Q. Pompeius Vari lib. Iustus*).

<sup>11</sup> No território olisiponense está presente em Matacães, Torres Vedras (*Reburus Tusci f.*; IRMMTV 9) e em Odrinhas, Sintra (*L. Cosconius Reburus*, militar; Cardozo, 1956, nº III), registando-se ainda *Reburinus*, seu derivado (*M. Valerius [M. f.] Gal. Reburri[nus]*; Cardozo, 1956, nº XVII, Odrinhas)

b) os dois cônjuges pertenceriam a famílias diferentes, atendendo à abundância do gentílico *Iulius* em *Olisipo*.

Em qualquer dos casos, constata-se uma certa promoção político-social familiar, expressa pelo início da carreira municipal do seu filho, detentor de uma das magistraturas de *Olisipo*, cidade administrada por dois duúnviros e por dois edis (Alarcão, 1994: 61).

Finalmente, note-se o ambiente de ternura familiar, patente na utilização do superlativo *piissimus*, louvando a devoção filial do edil (vide Fernandes, 1998-1999: 135 e 136).

A consagração aos deuses Manes, a paleografia, a indicação do defunto em genitivo e a presença do adjectivo sugerem uma datação em torno de finais do século I d. C. ou mesmo inícios do século II d. C.

**Nº 2** (foto 3) — Fragmento irregular de um bloco prismático, de lioz, adossado a um muro, junto de um lanço de escadas que conduz ao adro da igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação, em Bucelas, freguesia de Bucelas.

O monumento está actualmente incompleto, devido à sua reutilização. A parte superior é irregular e ostenta uma cavidade (12 cm de diâmetro), tendo sofrido um corte que, aparentemente, não afectou o texto da inscrição. As arestas laterais foram desbastadas, pelo que o monumento apresenta uma forma prismática octogonal, um pouco irregular; esse desbaste afectou não só a forma original da pedra (provavelmente um cipo paralelepípedo), mas também todas as linhas do texto. A largura da face que ostenta a inscrição mede actualmente 29 cm, enquanto a largura das faces originais seria de cerca de 63 cm, pelo que faltará aproximadamente 50% do espaço disponível para o texto.

Dimensões: (115 / 119) x (29) x (63).

Campo epigráfico: (115 / 119) x (29).

[L(*ucius*) • M]VNDICI[VS] / [C(*aii*) • F(*ilius*) •] GAL(*eria tribu*)

• SEV[ER]/[VS •] H(*ic*) S(*itus*) • E(*st*) • T(*itulum*) • F(*aciendum*)

[• C(*urauit*)]

Lúcio (?) Mundício Severo (?), filho de Caio (?), inscrito na tribo Galéria. Aqui jaz. Mandou fazer o epitáfio.

Altura das letras: l. 1-3: 6,8 / 7. Espaços interlineares: 1: (2,5 / 7); 2: 0,5 / 1; 3: 0,5 / 1; 4: 87,5.

Bibliografia: Ferreira e Almeida, 1958: 132-140; Alarcão, 1988: 121, nº 5/214 (referência).

Variantes de leitura: l. 1: [M(*arcus*) ?] (Ferreira e Almeida); l. 2: [M(*arci*) ?] (Ferreira e Almeida); SE[VERVS ?] (Ferreira e Almeida).

O texto, provavelmente alinhado segundo um eixo de simetria, apresenta letras capitais quadradas. Todas as palavras e siglas estão separadas por pontos circulares, à exceção da última linha, onde o desgaste sofrido pela pedra poderá ter feito desaparecer o ponto entre a letra H e a letra S.

Tendo em conta a estrutura habitual dos epitáfios romanos, as três linhas do texto deverão conter a identificação do defunto e as usuais fórmulas funerárias (vide Ribeiro, 1974-1977: 313-314, n. 80, por exemplo). A reutilização do monumento provocou o desaparecimento de letras, em todas as linhas, nos lados esquerdo e direito do campo epigráfico.

Na linha 1 subsiste um conjunto de letras que corresponde certamente ao gentílico do defunto; a consulta do repertório onomástico de Solin e Salomies (1988: 122 e 225) permitiu-nos verificar que o gentílico *Mundicius* é o único que apresenta tal combinação de letras. Na área esquerda da linha estaria a letra inicial do gentílico, existindo ainda espaço para a sigla do *praenomen* que, segundo as regras romanas da onomástica, antecedia o gentílico; face ao espaço disponível, não nos parece admissível a presença da letra M, sigla do *praenomen Marcus*, hipótese sugerida por Ferreira e Almeida (1958: 134); propomos a letra L (seguida de um ponto separador), mais adequada ao espaço disponível, tanto mais que grande parte dos *Mundicii* atestados na epigrafia usam o *praenomen Lucius*<sup>12</sup>. No final da linha estaria ainda a terminação do gentílico (VS).

A linha 2 contém dois conjuntos de letras, separados por um ponto a meio da linha: as primeiras três letras (GAL) constituem a abreviatura da tribo Galéria; as duas últimas letras (SE) correspondem certamente ao início do *cognomen* do defunto, sendo de notar ainda

<sup>12</sup> CIL III 7223; Le Dinahet, 2001: 105-106; CIL VIII 3201; 27068; 27075; CIL X 5586.



vestígios de um V. Segundo as regras, antes da menção da tribo, deveria ser indicada a filiação, em sigla; assim, de acordo com o espaço disponível, propõe-se a letra C, correspondente ao *praenomen Caius*, separada por um ponto da letra F (= *filius*), a seguir à qual existiria outro ponto separador. Esta solução permite preservar a simetria face à linha 1, sendo de salientar que o *praenomen Caius* é tão popular como *Lucius*, entre os *Mundicii*<sup>13</sup>.

Parece-nos bastante provável que o *cognomen* do defunto seja *Seuerus*, antropónimo latino bem atestado em *Olisipo* e seu território (vide EO: 276-283; Cardozo, 1956: 85; RERC: 81); contrariamente à opinião de Ferreira e Almeida (1958: 136), afigura-se-nos mais plausível a hipótese de que algumas letras (VS) do referido *cognomen* tenham sido gravadas na linha 3, pois o espaço restante na linha 2 não é suficiente para albergar as últimas (ERVS), tendo em conta a largura das letras do texto. A suposição de que o lapicida teria reduzido a largura das últimas letras da linha 2 ou de que teria utilizado nexos de algumas letras (Ferreira e Almeida, 1958: 135-136), embora possível, não resolve totalmente a falta de espaço e, sobretudo, quebraria a simetria do texto<sup>14</sup>.

Na linha 3 podem ler-se cinco letras, duas das quais incompletas: a primeira, que apresenta vestígios duma barra horizontal e uma barra vertical, deverá ser um H; a seguir, vê-se distintamente um S, um E e um T, separados por pontos circulares; finalmente, distingue-se uma letra incompleta, constituída por uma barra vertical e duas barras horizontais, muito provavelmente um F. As três primeiras letras correspondem à usual fórmula funerária *hic situs est*; as duas últimas são igualmente siglas, podendo ter vários desdobramentos (cf. Ferreira e Almeida, 1958: 137-138); atendendo à possibilidade de que, antes da letra H, estariam as duas últimas letras do *cognomen Seuerus* (VS), eventualmente seguidas de um ponto separador, a simetria do texto e o espaço disponível no fim da linha, sugere a existência de, pelo menos, mais uma letra a seguir ao F. Perante os paralelos existentes na epigrafia peninsular (ILER: 340-341; CIL II S 5576; Cardozo, 1956,

<sup>13</sup> CIL VI 200 II, 57; 22686; 22687; 30901; CIL VIII 2567; 5984; 15249 ?; 15250; CIL XIV 1383.

<sup>14</sup> Note-se que na epigrafia do território olisiponense, o corte de antropónimos na translineação, nomeadamente a parte final dos vocábulos, está bem documentado: RERC 12, 13, 18, 21 (Cascais); IRMMTV 1, 7, 8, 13 (Torres Vedras); Cardozo, 1958, nº 1, 5, 12 (Sintra). Na Quinta da Macheia (freguesia de Matacães, Torres Vedras) encontrou-se um imponente monumento funerário, cujo texto apresenta cortes na translineação de nomes similares àquele que sugerimos (IRMMTV 7 — l. 2-3: *Antisti/us*; l. 3-4: *Facund/us*).

nº 1), e o contexto do epitáfio, propõe-se a seguinte restituição: T • F [• C], ou seja *t(itulum) f(aciendum) c(urauit)*.

O defunto está inscrito na tribo Galéria, o que atesta o seu estatuto de cidadão romano. Identifica-se com um gentílico latino pouco documentado na epigrafia romana (cf. Solin et Salomies, 1988: 122; Schulze, 1966: 362 e 363); *Mundicius* deriva de *mundus* («elegante», «limpo»), vocábulo igualmente utilizado como *cognomen* (vide Kajanto, 1982: 105 e 232; Schulze, 1966: 362).

Na Itália, o gentílico *Mundicius* ocorre preferencialmente no Lácio (Lassère, 1977: 184 e 194): está presente em Roma, desde a época republicana<sup>15</sup>, no porto de Óstia (CIL XIV 386, 387 e 1383 ) e em *Fabrateria Noua* (CIL X 5586).

Na zona oriental do Império está representado na área do Mar Egeu, fundamentalmente em importantes centros portuários. Regista-se na Macedónia, em *Thessalonica* (AE 1991: 386), a capital e a mais importante cidade portuária macedónica, e em Neochoraki (AE 1991, 1423), bem como em *Thasos* (AE 1991: 386), cidade insular, relativamente próxima de *Thessalonica*. Em *Delos*, importante centro portuário e comercial do Mar Egeu, diversas inscrições relacionadas com a dinâmica comunidade local de *negotiatores* itálicos documentam *Mundicii*, particularmente no século I a. C. (vide CIL III 7223; Le Dinahet, 2001: 105-106 e fig. 2).

No entanto, a maioria dos testemunhos da *gens Mundicia* provém do Norte de África, com relevo para a *Numidia* (vide Lassère, 1977: 184; Pflaum, 1978: 196<sup>16</sup>), situando-se, em termos gerais, entre meados do século I d. C. e o século II d. C. Relativamente à Numídia, refira-se a sua ocorrência, embora residual, em *Cirta* (CIL VIII 7604), capital da *Numidia*, bem como em *Lambaesis*, onde se registam vários *Mundicii* pertencentes ao meio militar (CIL VIII 2567, 3201, 3202). Os *Mundicii* estão também presentes na *Africa Proconsularis* (CIL VIII 15249, 15250). Na *Mauritania Cesariensis*, saliente-se a aliança entre um ramo dos *Mundicii* e uma destacada família da burguesia municipal de *Portus Magnus* (CIL VIII 9773): *Mundicia Q. fil. Saturnina* casou com *Q. Val(erius) Sex. fil. Q. Rogatus*, que ocupou

<sup>15</sup> CIL I 742; CIL VI 200 II, 57; 2222 II, 4; 22685-22692; 24134; 30901.

<sup>16</sup> Vide CIL VIII 2567, l. 73; 3201; 3202; 5984; 7604; 9772; 15249; 15250; 17959; 18893; 25695; 25951; 26447; 27068; 27075. Note-se que a maioria dos *cognomina* dos *Mundicii* registados em CIL VIII (*Faustus*, *Fortunatus-a*, *Ianuarius*, *Processus-a*, *Queta*, *Rogatus*, *Saturninus-a*) são extremamente populares na África romana (cf. Pflaum, 1977: 318; Pflaum, 1978: 105, 191-192; Chastagnol, 1977: 330, 332, 333).

diversos cargos da administração municipal (*aedilis*, *duumvir*, *duumvir quinquennalis*) e foi sacerdote do culto imperial (*flamen*). Registe-se ainda, em *Thibilis*, a presença de *L. Antistius Mundicius Burrus* (CIL VIII 18893), membro de uma família local, pertencente à ordem senatorial (vide Le Glay, 1982: 769).

Enquanto os *Mundicii* de Óstia e, sobretudo, os da área do Mar Egeu estarão essencialmente relacionados com o comércio, já a documentação dos *Mundicii* africanos não parece atestar ligações ao meio dos *negotiatores*; à exceção da integração na burguesia municipal portuária, na *Mauritania Cesariensis*, salienta-se a ligação dos *Mundicii* à vida militar, na *Numidia*.

Na Hispânia conhece-se apenas mais um testemunho (Abascal Palazón, 1994: 187), oriundo da Bética: no *municipium* de *Igabrum* (Cabra, província de Córdoba), *Mundicius Caecilian[us]* mandou fazer o epitáfio de *Iul(ia) Valentina*, esposa *sanctissima* (CIL II 1620 = ILER 4477).

Quanto ao *cognomen* do *Mundicius* de Bucelas, relacionado com o carácter «grave», «sério»; vide Kajanto, 1982: 256), trata-se de um dos 18 *cognomina* latinos mais frequentes no mundo romano (Kajanto, 1982: 30, 256-257). *Seuerus* é o *cognomen* latino mais frequente na Hispânia, com 258 ocorrências; está bem documentado no território olisiponense, onde identifica sobretudo cidadãos romanos e alguns libertos (Abascal Palazón, 1994: 506-507).

Tendo em conta a abundância de testemunhos africanos da *gens Mundicia*, a existência de relações estreitas entre o Norte de África e a Hispânia, bem como a presença de gente vinda de África no território olisiponense<sup>17</sup>, afigura-se-nos bastante provável que *Mundicius Seuerus* tenha origem africana ou seja descendente de gente vinda do Norte de África. No entanto, a hipótese de uma relação com comerciantes oriundos do mar Egeu não pode ser posta de parte, atendendo à ocorrência de *Mundicii* em Delos, à importância comercial de *Olisipo* e à presença, na cidade, do augustal *C. Heius Primus*, possivelmente relacionado com essa área do Império (cf. Fernandes, 2002).

Relativamente à cronologia do monumento, a ausência da consagração aos deuses Manes, a indicação do defunto em nominativo e a paleografia apontam para o século I d. C.

---

<sup>17</sup> Vide IRMMTV: 17-21; Mantas, 2002: 137; Ribeiro, 1994: 85; RERC: 57; FE 49, 223 (?); FE 62, 283 (?).

Nº 3 (não ilustrado) — Monumento funerário, de tipologia desconhecida, assinalado por autores do século XVII na povoação de «Bucellas», «em caza do Prior do dito Lugar» (Gasco, 1627-33: 286; Gasco, 1924: 260), «que hoje he o doutor Antonio Carvalho de Parada» (Azevedo, 1652: 18). Trata-se portanto de um monumento proveniente de Bucelas, freguesia de Bucelas, cujo paradeiro actual é desconhecido.

D(iis) • M(anibus) • S(acrum) / TAVRILIO / PATRI •  
 PIEN/TISSIMO / <sup>5</sup> AN(norum) (hedera) LXXX (hedera) E[T] /  
 SOTIRIDI • MATR[I] / [---]SRAT (sic) AN(norum?) [---]

Consagrado aos deuses Manes. Ao pai Taurílio, modelo de piedade, de 80 anos, e à mãe Sotiris, (...), de (...) anos (?).

Bibliografia: Gasco, 1627-33: 286; Azevedo, 1652: 18; Jordão, 1859: 288, nº 684; Gasco, 1924: 260; CIL II 317; ILER 6110 (por lapso, indica Lisboa como proveniência da inscrição); Alarcão, 1988: 121, nº 5/214 (referência).

Variantes de leitura: l. 2: TAURILIO (Gasco); l. 3: PATER (Gasco); l. 3/4: PIEN/TISS: M: VLP (Gasco); l. 5: ANNO: X: X: X: II: (Gasco); ET (Jordão); l. 6: MATR. (Jordão); l.7: ....SRATAN.... (Jordão; Hübner); ... (Vives).

Segundo Hübner (CIL II: 34), a inscrição tinha 7 linhas, existindo pontos separadores nas linhas 1, 3 e 6 e *hederae* na linha 5. A paginação é regular, existindo apenas uma palavra cortada pela translineação.

O texto documenta um casal, cujo epitáfio foi mandado fazer por um ou mais filhos. A última linha está incompleta, sendo a leitura transmitida por E. Hübner ininteligível (SRATAN), devido ao mau estado da pedra ou a uma leitura pouco cuidada; parece-nos, no entanto, que as últimas letras (AN) poderão corresponder à abreviatura da menção da idade de *Sotiris*.

O nome do pai não regista outras ocorrências na epigrafia do mundo romano, quer como gentílico, quer como *cognomen* (Solin et Salomies, 1988: 182 e 410). Abascal Palazón (1994: 227) considera-o um gentílico, embora Solin e Salomies não o refiram, registando, no

entanto, *Taurillus*, *cognomen* latino derivado de *Taurus* (Solin et Salomies, 1988: 410; Kajanto, 1982: 329). Tendo em conta as reservas que um caso único sempre suscita, talvez não seja despidendo considerar a hipótese de uma má leitura do nome do primeiro defunto. Efectivamente, a leitura de um I por um L, perante o desgaste da superfície de muitas epígrafes que sobreviveram à época romana, é relativamente comum; assim, parece-nos que o verdadeiro nome do pai do(s) dedicante(s) seria *Taurillus*. A mãe identifica-se com um *cognomen* de origem grega, sendo esta a única ocorrência na Hispânia, embora a epigrafia peninsular registe *cognomina* derivados de *Sotiris* (vide Abascal Palazón, 1994: 515).

Quanto ao estatuto social do casal, a utilização de um único nome aponta para uma condição modesta, eventualmente servil, tendo conta a ausência de filiação e a ocorrência de um antropónimo de origem grega. A presença do adjectivo superlativo *pietissimus* reforça a provável origem servil, já que os epitáfios dos estratos servis ostentam um certo clima de ternura familiar, acentuado pela utilização frequente de adjectivos, a partir do século II d. C. (cf. IRCP: 771-772 e 786, n. 1).

O epitáfio é datável de meados ou finais do século II d. C., pela presença da consagração aos deuses Manes e do adjectivo.

**Nº 4** (foto 4) — Monólito paralelepípedo, de lioz, embutido na parede de uma habitação sita no Barro, freguesia de Loures. A forma original do monumento foi alterada: os ângulos foram recortados em linha côncava; as faixas superior e inferior (ambas com 11 a 12 cm de altura) foram picadas, sendo possível que apresentassem molduras. Segundo Cardim Ribeiro (1987: 322, n. 13), poderemos estar perante uma pequena ara funerária.

No que respeita ao campo epigráfico, a reutilização do monumento apenas afectou duas letras, no lado direito, sem que tal facto afecte a leitura do texto. Note-se que as letras foram avivadas, embora tenham sido preservadas as principais características paleográficas originais (vide Ribeiro, 1987: 322, nota 13).

Dimensões: 61,5 x 43,5 x (?). Campo epigráfico: 40 x 27.

D(iis) M(anibus) / APONIAE (hedera) P(ublii) F(iliae)  
 IVLIANĀE / P(ublius) APONIVS IVLIANV[S] / ET APONIA  
 NICOPO/LIS FILIAE

Aos deuses Manes de Apónia Juliana, filha de Públio. Públio Apónio Juliano e Apónia Nicópolis à filha.

Altura das letras: l. 1: 5,5; l. 2: 4 (I = 4,8; A = 1,1); l. 3-5: 4.

Bibliografia: Cardoso, 1751: 77; Jordão, 1859: 180, nº 399; CIL II 272; ILER 4848; Ribeiro, 1987: 322-323; Alarcão, 1988: 122, nº 5/240A (referência); HEp 2, 814; Fernandes, 1998-1999: 150 e n. 58.

Variantes de leitura: l. 2: APONIAE (Jordão); IVIIN (Cardoso, Jordão); IV[L]I[A]N[AE] (Hübner); IVLI[A]N[AE] (Vives); l. 3: JULIAN. (Cardoso); IVLIAN (Jordão) IVLIAN[VS PATER] (Hübner); IVLIANV[S PATER] (Vives); l. 4: RICOPO (Cardoso; Jordão), [N]ICOPOLIS (Hübner; Vives); l. 5: FILIA (Cardoso; Jordão; Hübner; Vives).

O texto, com paginação medíocre, está alinhado à esquerda; a falta de espaço provocou a utilização de um nexa na linha 2 e o corte de uma palavra na translineação, na linha 4. O texto apresenta letras do tipo capital, com tendência cursiva. Hübner (CIL II: 32) coloca pontuação a separar todas as palavras existentes nas linhas 1-4 (omite a existência da linha 5), enquanto Cardoso (1751: 77) refere dois pontos separadores na linha 1, um ponto no final da linha 3 e um ponto no final da linha 5. Na realidade, apenas se detecta uma *hedera* após o gentílico da defunta, na linha 2.

A defunta, *Aponia P. f. Iuliana*, apresenta uma estrutura onomástica (gentílico + filiação + *cognomen*) típica das mulheres de condição livre (Cagnat, 1914: 37-38), tendo recebido do pai não só o gentílico, mas também o *cognomen*. Os pais, *P. Aponius Iulianu[s]* e *Aponia Nicopolis*, têm o mesmo gentílico e não mencionam filiação, o que denuncia dois libertos do mesmo patrono, tanto mais que a mãe apresenta um *cognomen* de origem grega.

O gentílico *Aponius*, frequente na Campânia (Lassère, 1977: 171), está relativamente bem documentado na Hispânia (vide

Fernandes, 1998-1999: 167-169). Regista várias ocorrências no Norte interior da Tarraconense, predominantemente em contexto indígena (Fernandes, 1998-1999: 168). Na Bética está documentado no vale do Guadalquivir, desde a época republicana, identificando membros da aristocracia provincial, entre os quais *Q. Aponius*, um dos partidários de Pompeu responsáveis pela sublevação hispânica de 46 a. C., e, durante a época imperial, *Aponia Montana*, rica e influente sacerdotisa do culto imperial, bem como vários membros da ordem senatorial, com destaque para *M. Aponius Saturninus*, procônsul da província da Ásia, em 73-74 d. C. (Fernandes, 1998-1999: 168; González, 1998: 107). Na Lusitânia, os *Aponii* estão presentes na capital provincial<sup>18</sup>, no *conuentus Pacensis* e, sobretudo, no *conuentus Scallabitanus*, relacionados quer com o meio indígena, quer com estratos servis (Fernandes, 1998-1999: 167-168 e 169); destaca-se naturalmente *Sex. Aponius Scaeuus Flaccus*, *flamen* provincial, memorado pela sua esposa, *Iulia Modesta* (CIL II 396), igualmente sacerdotisa do culto imperial (Fernandes, 1998-1999: 165).

O *cognomen* do pai e da filha, derivado do gentilício *Iulius*, está bem documentado na Península Ibérica, e regista sete testemunhos no território olisiponense (Abascal Palazón, 1994: 392), salientando-se, em termos sociais, *L. Iulius L. f. Gal. Iulianus* (CIL II 267 = Cardozo, 1956, nº IV; Odrinhas, Sintra). Quanto a *Nicopolis*, trata-se de um *cognomen* de origem grega, escassamente representado na Hispânia (Abascal Palazón, 1994: 438): são conhecidos dois testemunhos no território olisiponense (AE 1987, 475; CIL II 272) e dois outros em Mérida (EE IX 55; CIL II 356).

*Aponia Nicopolis* está igualmente documentada como dedicante de uma inscrição votiva, encontrada entre os vestígios da *uilla* romana que existiu em Poço de Cortes, actualmente na área urbana de Lisboa (EO 144G + HEp 2, 812; Ribeiro, 1987: 319).

O monumento é atribuível a finais do século II d. C. ou inícios do século III d. C., pela presença da consagração aos deuses Manes, bem como pela análise paleográfica.

---

<sup>18</sup> Recentemente foi publicada uma inscrição funerária de Mérida, da época flávia, com o seguinte texto: *Q(uintus) Aponius Rusticus / medicus ocular(ius) / patriciensis / Aponia Q(uinti) l(iberta) Mandata / Euharidi sorori / hic sit(i) sunt / et tu et tibi* (Ramírez Sádaba e Gijón Gabriel, 1994, nº 3). Na *Lusitania*, refira-se ainda a marca *officina Aponiae Hygiae*, gravada numa canalização de chumbo, oriunda de Madrigalejo, Cáceres (González, 1988: 106-107).

Nº 5 (não ilustrado) — Monumento funerário, de tipologia desconhecida («cippo», segundo Gasco, 1924: 261), assinalado, no século XVII, em «Unhos», «na igreja» (Gasco, 1924: 261), mais exactamente «na parede da banda de fora» (Azevedo, 1652: 39, citado em CIL II: 31). Seria proveniente de Unhos, freguesia de Unhos. Actualmente, desconhece-se o paradeiro do monumento.

[.] IVLIVS • MVN(...?) LI/B(*ertus*)? ITALICVS /

AVGVSTAL(*is*) • H(*ic*) • S(*itus*) • E(*st*)

Aqui jaz (...?) Júlio Itálico, liberto de Mún(...?), augustal.

Bibliografia: Gasco, 1627-33: 288; Azevedo, 1652: 39; Castro, 1758: 492; Jordão, 1859: 223, nº 513; CIL II 264; Gasco, 1924: 261; ILER 6376; Étienne, 1974: 252 (referência); Étienne, 1990: 225 (referência); Alarcão, 1988: 122, nº 5/242 (referência); RAP 545.

Variantes de leitura: l. 1: AVLIVS (Azevedo); IULIUS (Gasco); l. 2: ITALIC (Gasco); BITALICUS (Hübner; Vives); l. 3: AVAVSTAL (Azevedo).

Segundo Emílio Hübner (CIL II: 31), a inscrição teria três linhas, apresentando pontos separadores nas linhas 1 e 3 e uma paginação regular.

A reconstituição das duas primeiras linhas do texto apresenta alguns problemas de interpretação. No início da linha 1, segundo Hübner, desapareceu a sigla correspondente ao *praenomen*, que antecedia o gentílico *Iulius*. No final da linha 1, poderia estar gravado o antropónimo *Munius*, no genitivo, como filiação (vide Palomar Lapesa, 1957: 87); porém, no início da linha 2 existiria um B que fazia parte de uma palavra abreviada, pois as letras seguintes formam um vocábulo independente, o conhecido *cognomen Italicus*. As diversas versões do texto não referem, na linha 2, nenhuma letra antes do B, pelo que teremos de procurar uma correspondência no final da linha 1. Segundo E. Hübner (CIL II: 31), as letras MVN poderão ser a abreviatura de um antropónimo em genitivo (correspondente ao patrono do defunto), posição aceite por diversos autores (Étienne, 1974: 252, nota 7; Abascal Palazón, 1994: 433); assim, a penúltima letra da linha 1 seria um L, e não um I, seguido de um I, que, juntamente com a letra B da linha 2, formariam a abreviatura



LIB(*ertus*), indicadora do estatuto social do defunto; aliás, o conteúdo da linha 3 apoia essa hipótese, pois diz-nos que o defunto era augustal, ou seja, membro de um colégio de sacerdotes devotados ao culto imperial, instituição habitualmente reservada a libertos (cf. Serrano Delgado, 1988: 98-99).

Relativamente ao nome do patrono deste augustal, Hübner (CIL II: 31) propõe a reconstituição *Mun[na]*, apoiado na ocorrência deste antropónimo indígena como nome de pelo menos uma mulher, na epigrafia de *Olisipo*<sup>19</sup>. Cardim Ribeiro (1974-1977: 310) aceita a presença do *nomen Munnus*<sup>20</sup>; o recente estudo do monumento funerário dos *Munii*, encontrado na região eborense, aborda a distribuição desse gentílico a nível peninsular, propondo igualmente a sua presença na filiação do *augustalis* de Unhos (Dias/Goulart/Burnay, 2002: 177-190, esp. 183-185 e 187). No entanto, parece-nos igualmente admissível a possibilidade de estarmos perante o antropónimo *Munnus*, forma masculina daquele nome, atestado na província de Badajoz, como patronímico (HEp 7, 176: *Munni f.*)<sup>21</sup>. Assim, o patrono poderia ter origem indígena; a presença do *cognomen* do patrono e não do seu *praenomen* em sigla, conforme as regras, é um fenómeno já documentado na epigrafia olisiponense (CIL II 196 e 241, por exemplo).

O gentílico do augustal está igualmente documentado no monumento nº 1, verificando-se de novo a estreita ligação dos *Iulii* olisiponenses ao culto imperial (vide comentário do monumento nº 1 e n. 9). Quanto a *Italicus*, trata-se de um *cognomen* latino raro na Hispânia (8 ocorrências - Abascal Palazón, 1994: 391).

O epitáfio é datável do século I d. C., pela ausência da fórmula de consagração aos deuses Manes e pelo registo do nome do defunto em nominativo.

<sup>19</sup> Vide CIL II 238 = EO 51; CIL II 251 = EO 52 (?); Palomar Lapesa, 1957: 87; Ribeiro, 1974-1977: 310, n. 62; Abascal Palazón, 1994: 433, que rejeita CIL II 251.

<sup>20</sup> Palomar Lapesa (1957: 87) menciona *Munius* (CIL II 264, Unhos; CIL II 1945, Alora) e *Munus* (CIL II 688, Trujillo), mas baseou-se em dados incorrectos: em CIL II 1945 lê-se efectivamente o gentílico latino *Munius*, também atestado na Hispânia com a forma *Munnia-us* (Abascal Palazón, 1994: 187); CIL II 688 regista *Vi[-]tus* e não *Munus* (vide Abascal Palazón, 1994: 212). O antropónimo *Munius* poderá ainda estar presente num grafito de Valencia (HEp 6, 981c: *MVNII[-]?*). Refira-se a ocorrência do antropónimo indígena *Mune*, na província de Badajoz, num epitáfio (HEp 2, 29, Capilla) e num grafito (HEp 6, 141n, *uilla* de Torre Águila).

<sup>21</sup> Ou, em alternativa, considerar a hipótese de um *cognomen* derivado do gentílico *Munnus* (vide, por exemplo, Dias/Goulart/Burnay, 2002: 187, nº 7 - *Munnian[-]*; nº 13 - *Iulia Rufi f. Munilla*).

Nº 6 (não ilustrado) — Monumento de tipologia desconhecida, cujo texto consta do *Anónimo Napolitano*, com a informação «A Sacavem», segundo Emílio Hübner (CIL II: 694); deverá pois ser oriundo da freguesia de Sacavém, desconhecendo-se o seu paradeiro.

SILVIVS / MAG • I • TER / F • DAR • MAG / P • E • LIII • P • V

Sílvio, (.....?).

Bibliografia: *Anónimo Napolitano*, f. 35 v., 27; CIL II 5007; Lambrino, 1956: 25, n. 80; ILER 6450; Curchin, 1985: 333, nº 21 (com correções); Alarcão, 1988: 122, nº 5/245 (referência); HEp 2, 814 (versão de Curchin); Alarcão, 1994: 62; Mantas, 1998: 19 (referência).

Variantes de leitura: l. 2: MAG.I.TER(*i*?) (Curchin); l. 3: F(*ilius*?) (Curchin).

Emil Hübner segue a versão do *Anónimo Napolitano* (CIL II: 694), apresentando as letras da primeira linha com módulo maior que nas restantes linhas. A paginação é regular, existindo pontos separadores nas linhas 2, 3 e 4.

O texto desta epígrafe, infelizmente desaparecida, foi-nos transmitido de forma ininteligível, à excepção da linha 1, na qual se pode identificar um antropónimo latino: *Siluius*, atestado na epigrafia quer como gentílico, quer como *cognomen* (Solin et Salomies, 1988: 171 e 404), é extremamente raro na Hispânia, onde se documenta sobretudo como gentílico, concentrando-se no Noroeste peninsular, na região de Miranda do Douro (cf. Abascal Palazón, 1994: 222, 7 registos) e de Valladolid (HEp 7, 1067: Castroverde de Cerrato).

Relativamente às restantes linhas, a sua interpretação tem-se revelado particularmente difícil. Nas linhas 2 e 3 poderia estar o vocábulo *magister* (l. 2: MAG • I • TER; l. 3: MAG) pelo que Hübner (CIL II: 694) colocou a hipótese de estarmos perante o testemunho epigráfico de magistrados responsáveis por um *uicus* (aglomerado urbano secundário), até porque a última linha regista um V, eventualmente uma referência abreviada a um *uicus*. Scarlet Lambrino (1956: 25, n. 80) concorda com tal hipótese, sugerindo que a localidade seria governada por dois *magistri*, tal como Jorge de Alarcão (1988: 122; 1994: 62). Embora Vasco Mantas aceite tal

hipótese, encara ainda a possibilidade de estarmos perante *magistri* de um santuário (Mantas, 1998: 19); o autor considera provável a existência de uma estação de muda, eventualmente relacionada com o *uicus* ou com a ponte que teria existido nas proximidades (Mantas, 1998: 19 e fig. 2).

Por outro lado, Leonard Curchin (1985: 333), ao estudar os *uici* da Hispânia, não considera plausível que o V da última linha faça referência a um *uicus* e, no que respeita à linha 2, sustenta que poderá atestar a palavra *magister* como um cargo religioso e não administrativo (cf. RERC 3, Cascais: *deae magistri*), ou então poderá registar a filiação de *Siluius* — *Magiter(i) / f(i)lius* —, hipótese para a qual se inclina; esta última hipótese padece de alguma fragilidade, na medida em que se desconhecem outros exemplos deste antropónimo (Abascal Palazón, 1994: 410). Segundo o mesmo autor, tratar-se-ia de um epitáfio, estando a idade do defunto presumivelmente na última linha (Curchin, 1985: 333).

Face à escassez de dados disponíveis, não nos é possível sugerir uma datação para o texto.

Nº 7 (desenho 1) — Miliário de forma prismática, encontrado na Quinta de S. António, freguesia de Frielas, no século passado; em 1907, foi reutilizado nos alicerces de obras efectuadas na quinta, pelo que apenas se conserva um desenho deste monumento (Azevedo, 1908: 20).

Dimensões: (60/70 x (?)).

[---] / BONO / REIP(ublica) / NATO

Nascido para o bem da república.

Bibliografia: Azevedo, 1908: 20; Alarcão, 1988: 122, nº 5/241 (referência); Mantas, 1996b: 415-417, nº 44; Mantas, 1998: 22.

O texto, de carácter honorífico, está incompleto; pertence certamente a um miliário, tendo em conta a forma do suporte, o local do achado e o formulário (vide Mantas, 1996b: 416). A expressão *bono Reipublicae nato* foi utilizada, a partir de finais do século III d. C., pela propaganda imperial, particularmente no que respeita à imagem do imperador como grande obreiro da paz, da liberdade e da

manutenção da ordem pública; documenta-se sobretudo em miliários do século IV, como elemento da titulação de imperadores vivos, reforçando a legitimidade do seu governo (vide Christol e Sillières, 1980: 70-71 e 74). Vasco Mantas (1996b: 416-417; 1998: 22), face aos paralelos conhecidos no território peninsular, atribui este monumento ao reinado do Imperador Magnêncio (350-353 d. C.). O miliário poderá ter estado colocado junto à ponte de Frielas (Mantas, 1998: 22). De qualquer modo, a sua localização na área de Frielas, no troço inicial da estrada *Olisipo-Conimbriga*, num ponto onde existia uma ligação à estrada *Olisipo-Bracara*, ou seja, num entroncamento estratégico da circulação viária, garantia visibilidade acrescida ao monumento em apreço, promovendo assim a propaganda imperial (cf. Mantas, 1996: 416b).

Nº 8 (foto 5) — Capeamento de cipo, de lioz, com relevos vegetalistas, oriundo da Ponte da Póvoa (Póvoa de Santo Adrião<sup>22</sup>) e depositado no Museu Nacional de Arqueologia (nº 994.4.11). Foi reutilizado como pia, tendo sido detectado no local em inícios do século XX (Pereira, 1917: 97-98 e 104). Apresenta base decorada frisos de folhas acantizantes, às quais se sobrepõe um cordão; na zona superior, «desenvolvem-se *puluina* com cinto medial e motivos vegetalistas longitudinais, além de volutas com rosetas centrais nos topos, enquadrando fastígios em palmeta ladeados por duas corolas tetrapétalas inscritas em círculos» (M.N.A., 2001: 546).

Dimensões: 40,7 x 72,5 x 71,5.

Bibliografia: Pereira, 1917: 97-105, nº XIII; Matos, 1995: 120, nº 55; M.N.A., 2001: 546, nº 286.

A elegante peça em apreço integrou certamente um cipo funerário semelhante ao monumento nº 1, sendo datável da 2ª metade do século I ou 1ª metade do século II d. C.

---

<sup>22</sup> Esta freguesia integra actualmente o recente concelho de Odivelas, cujas freguesias constituíram a zona Ocidental do concelho de Loures até Novembro de 1998.

### Considerações finais

Os monumentos epigráficos do termo de Loures são maioritariamente de cariz funerário (nº 1-5 e 8), à excepção do miliário de Frielas (nº 7) e, provavelmente, da epígrafe de Sacavém (nº 6). Os poucos dados disponíveis relativamente à tipologia dos monumentos funerários sugerem a adesão a modelos de influência urbana (cipos e aras), atingindo uma imponência arquitectónica assinalável, no caso do monumento nº 1, como é habitual na epigrafia funerária do litoral olisiponense (vide Encarnação, 1994: 652; idem, 1995: 262; Ribeiro, 1982-1983: 333-339 e n. 81, fig. 104). O capeamento oriundo da Póvoa da Ponte (nº 8) é, tal como o monumento funerário do *aedilis* (nº 1), mais um exemplo da ocorrência desses cipos imponentes, constituídos por vários elementos, no território olisiponense (Cardozo, 1956: 22 e figs. 11-13; RERC 16? e 30-35).

A presença da consagração aos deuses Manes e dos adjectivos, bem como a correcta utilização das habituais fórmulas funerárias e a predominância de onomástica latina, revela gente bem integrada na cultura romana. Por outro lado, os indivíduos documentados nos epitáfios representam diversos estratos da sociedade local, durante o Alto Império.

Em Bucelas registam-se cidadãos romanos, inscritos na tribo Galéria, tribo atribuída aos cidadãos de *Olisipo*: *L. Iulius L. f. Galer. Iustus*, edil de *Olisipo*, cujo pai (*L. Iulius Reburus*) terá origem indígena; [*L.*] [*M*]undici[us] [*C. f.*] *Gal. Seu[erus]*, que, atendendo ao seu gentílico, será um indivíduo com origem extrapeninsular. Estes dois cidadãos possuiriam certamente propriedades na fértil região de Bucelas, onde foram encontrados vestígios arqueológicos dispersos, atribuídos a finais do século I d. C. e ao século II d. C. (Vasconcelos, 1902: 55; Pereira, 1903: 300-304; Alarcão, 1988: 121); o cultivo de cereais (e de vinho?), provavelmente ligado ao abastecimento de *Olisipo*, constituiria uma das fontes dos seus rendimentos (cf. Carvalho e Almeida, 1996: 141-142, 149 e 154-155).

A população local incluía igualmente libertos como os pais de *Aponia P. f. Iuliana*, que talvez tenham sido proprietários agrícolas. O *augustalis Iulius Italicus* detinha certamente uma importante posição social já que os augustais eram habitualmente libertos ricos e influentes (vide Etienne, 1990: 224), cuja ligação ao culto imperial permitia um certo prestígio social e, inclusivamente, alguma influência política; *Iulius Italicus* poderá estar ligado ao comércio

fluvial, a julgar pela presença do seu epitáfio em Unhós, um dos locais onde existiram instalações portuárias, antes do assoreamento desta área do concelho (vide Carvalho e Almeida, 1996: 140).

A presença de todos estes proprietários abastados implica a existência de mão-de-obra constituída por gente modesta, frequentemente com estatuto servil, a qual está apenas representada por *Taurillus* e *Sotiris*, em Bucelas.

O texto do monumento nº 6 apresenta grandes dificuldades de interpretação, mas poderá documentar a existência de um aglomerado urbano secundário em Sacavém, enquanto o miliário de Frielas (nº 7) atesta a importância da rede viária da região no Baixo Império.

Os monumentos epigráficos do termo de Loures fornecem dados relevantes para o estudo da sociedade e do povoamento desta zona estratégica do litoral da Lusitânia romana. Relativamente ao Alto Império, atestam uma estrutura social constituída maioritariamente por grandes proprietários e seus dependentes, a exemplo de outras áreas do *ager Olisiponensis*. Ao dar voz a estas «memórias de pedra», redescobrimos assim algumas das peças que compunham o mosaico da população olisiponense durante o período romano.

### Bibliografia

Siglas utilizadas:

AE = *L' Année Épigraphique*, Paris (indica-se o ano e o número da inscrição).

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum* (indica-se o volume e o número da inscrição).

CIL II — ver Hübner, 1869 (indica-se o número da inscrição, salvo indicação em contrário - CIL II: 31).

CIL II S — ver Hübner, 1892 (indica-se o número da inscrição).

EE = *Ephemeris Epigraphica*, Berlim (indica-se o volume e o número da inscrição).

EO — ver Silva, 1994 (indica-se o número da inscrição, salvo indicação em contrário - EO: 276).

FE = *Ficheiro Epigráfico*, suplemento de *Conimbriga*, Coimbra (indica-se o volume e o número da inscrição).

HEp = *Hispania Epigraphica*, Madrid (indica-se o volume e o número da inscrição).

ILER — ver Vives, 1971 e 1972 (indica-se o número da inscrição).

IRCP — ver Encarnação, 1984 (indica-se o número da inscrição, salvo indicação em contrário - IRCP: 786).

IRMMTV — ver Mantas, 1982 (indica-se o número da inscrição, salvo indicação em contrário - 17).

RAP — ver Garcia, 1991 (indica-se o número da inscrição).

RERC — ver Encarnação, 2001<sup>2</sup> (indica-se o número da inscrição, salvo indicação em contrário - RERC: 57).

- AA.VV (1998): «Enquadramento geográfico e natural do concelho de Loures», *Da Vida e Da Morte. Os Romanos em Loures*, Loures, 11-15.
- AA.VV (1998): «Catálogo», *Da Vida e Da Morte. Os Romanos em Loures*, Loures, 125-151.
- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994): *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Universidad de Murcia - Universidad Complutense de Madrid, Murcia.
- ALARCÃO, Jorge de (1988): *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 2: *Coimbra & Lisboa*, Warminster.
- ALARCÃO, Jorge de (1994): «Lisboa romana e visigótica», *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição apresentada no Museu Nacional de Arqueologia, de 26 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1994), Lisboa, 58-63.
- ALVES, Maria Máxima Camilo (1942): «Recordando», *O Anjo Custódio* (Mensário Paroquial de Bucelas), Ano I, Maio, nº 1, 4.
- AZEVEDO, Luiz Marinho (1652): *Primeira Parte da Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa...*, Lisboa, 1ª edição.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1908): «Miscellanea», *O Archeologo Português*, 13, 10-37.
- AZEVEDO, Carlos de; FERRÃO, Julieta; GUSMÃO, Adriano de (1983): *Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Loures*, Câmara Municipal de Loures, Loures.
- BAPTISTA, João Maria (1876): *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, vol. IV, Lisboa.
- CAGNAT, René (1914<sup>4</sup>): *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris.
- CARDOSO, Luiz (1752): *Diccionario Geografico*, Tomo II, Lisboa.
- CARDOZO, Mário (1956): *Catálogo das inscrições lapidares do Museu Arqueológico de Odrinhas (Sintra)*, Sintra.
- CARDOZO, Mário (1958): «Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas (Sintra)», *Revista de Guimarães*, 68, 355-376.
- CARVALHO, António M. Faustino de; ALMEIDA, Francisco J. N. da Silva e (1996): «Aspectos económicos da ocupação romana na foz do Tejo», *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado* (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado), Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, Lisboa, 137-155.
- CASTRO, João Bautista de (1758): *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, quinta parte, Lisboa, 1ª edição.
- CHASTAGNOL, André (1977): «L'onomastique de l' album de Timgad», *L' Onomastique Latine*, Paris, 325-337.
- CHRISTOL, Michel; SILLIÈRES, Pierre (1980): «Constantin et la Péninsule Ibérique: a propos d'un nouveau milliaire», *Révue des Études Anciennes*, t. LXXXII, 70-80.
- CORREIA, Virgílio; FERNANDES, Luís da Silva; RUIVO, José (2001): «Os proprietários de oficinas de cerâmica de construção de Conimbriga e da Lusitânia Ocidental: continuidade e ruptura», *L' Artisanat Romain: Évolutions, Continuités et Ruptures (Italie et Provinces Occidentales). Actes du Colloque d' Erpeldange (Luxembourg), octobre 2001*, Montagnac, 151-172.
- CURCHIN, Leonard A. (1985): «Vici and pagi in Roman Spain», *Revue des Études Anciennes*, t. LXXXVII, 3-4, 327-343.
- DIAS, M<sup>a</sup> Manuela Alves; GOULART, Ana Paula Martins; BURNAY, M<sup>a</sup> Augusta Bustorff (2002): «O tetrástilo funerário dos *Munii* (Distrito de Évora-Portugal)», *O Archeologo Português*, série IV, 20, 177-190.

- DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (1995): «Inscrição dedicada a um possível natural de Útica, proveniente de Lisboa», *Ficheiro Epigráfico* 49, nº 223.
- EDMONSON, Jonathan (2000): «Conmemoración funeraria y relaciones familiares en *Augusta Emerita*», *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana. IV Mesa Redonda Internacional*, Mérida, 299-327.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984): *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1994): «O monumento epigráfico romano, fonte para o estudo das migrações na Península Ibérica», *III Congreso Peninsular de Historia Antigua — Praectas* (Vitoria, Julio 1994), Vitoria, vol. II, 649-653.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1995): «Roma e as primeiras culturas epigráficas da Lusitânia ocidental», *Actas del Coloquio Roma y las Primeras Culturas Epigráficas del Occidente Mediterráneo (siglos II a. E.-I d. E.)* (Zaragoza, 4 a 6 de noviembre de 1992), Zaragoza, 255-270.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2001<sup>2</sup>): *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais.
- ÉTIENNE, Robert (1974): *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris.
- ÉTIENNE, Robert (1990): «Le culte impérial, vecteur de la hiérarchisation urbaine», *Actes de la table ronde internationale du CNRS "Les Villes de Lusitanie Romaine - Hiérarchies et territoires"* (Talence, le 8-9 décembre 1988), Paris, 215-231.
- FARIA, António Marques de (2001): «*Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, nº 2, 351-362.
- FERNANDES, Luís da Silva (1998-1999): «A presença da mulher na epigrafia romana do *Conventus Scallabitanus*», *Portugália*, n.s., vol. XIX-XX, 129-228.
- FERNANDES, Luís da Silva (2002): «*C. Heius Primus, augustalis perpetuus*. Théâtre et mise-en-scène du pouvoir à *Olisipo*», comunicação apresentada ao *XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae (Barcelona, 3-8 de Setembro de 2002)* (a publicar).
- FERREIRA, F. Bandeira; ALMEIDA, Justino Mendes de (1958): «*Varia Epigraphica*», *Revista da Faculdade de Letras*, 3ª série, 2, 132-171.
- GARCIA, José Manuel (1991): *Religiões Antigas de Portugal - Aditamentos e Observações às «Religiões da Lusitânia» de J. Leite Vasconcelos - Fontes Epigráficas*, Lisboa.
- GASCO, João Coelho (1627/1633?): *Primeira parte das antiguidades da mui nobre Cidade de Lisboa, Imporio do Mundo e Princeza do Mar Oceano*, Lisboa (cópia manuscrita, do século XVII ou XVIII, existente na Biblioteca do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, Sintra).
- GASCO, João Coelho (1924): *Primeira Parte das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa, Imporio do Mundo e Princeza do Mar Oceano*, in *Inéditos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, I, Miscelânea*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- GONZÁLEZ, Julián (1998): «*Varia epigraphica II*», *Habis*, 29, 105-116.
- HÜBNER, Emil (1869): *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II: *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, Berlim.
- HÜBNER, Emil (1892): *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II: *Inscriptiones Hispaniae Latinae — Supplementum*, Berlim.
- JIMÉNEZ LOSA, Marta (1997): «Metodologia para determinar los colectivos serviles en *Augusta Emerita*: la relación *nomen unicum* - esclavo y los libertos con onomástica latina», *Revista de Estudios Extremeños*, tomo LIII, nº III, 741-766.
- JORDÃO, Levy Maria (1859): *Portugaliae Inscriptiones Romanas*, Lisboa.



- KAJANTO, I. (1982): *The Latin Cognomina*, Roma.
- LASSÈRE, Jean-Marie (1977): *Ubique Populus. Peuplement et mouvements de population dans l'Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des Sévères (146 a. C. - 235 p. C.)*, Paris.
- LAMBRINO, Scarlat (1956): «Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, 2<sup>a</sup> série, 3, 5-73.
- LE DINAHET, M.-T. (2001): «Les italiens de Délos: compléments onomastiques et prosopographiques», in Brun, P. (éd.), *L'Îles de l'Égée dans l'Antiquité, Revue des Études Anciennes* t. 103 (1-2), 103-123.
- LE GLAY, M. (1982): «Sénateurs de Numidie et des Mauretanies», in *Epigrafia e Ordine Senatorio*, II, *Tituli* 5, Roma, 755-781.
- LOPES, Fernão (1979): *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono Rei Destes Regnos*, Porto.
- MANTAS, Vasco Gil (1982): «Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras», *Conimbriga*, 21, 5-99.
- MANTAS, Vasco Gil (1994): «Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana», *Lisboa Subterrânea* (catálogo da exposição apresentada no Museu Nacional de Arqueologia, de 26 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1994), Lisboa, 70-75.
- MANTAS, Vasco Gil (1996a): «Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado», *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado* (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado), Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, Lisboa, 343-369.
- MANTAS, Vasco Gil da Cruz Soares (1996b): *A Rede Viária Romana da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga* (dissertação de doutoramento policopiada), vol. I, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MANTAS, Vasco Gil (1998): «Vias romanas do concelho de Loures», *Da Vida e Da Morte. Os Romanos em Loures*, Loures, 17-28.
- MANTAS, Vasco Gil (2002): «A população da região de Torres Vedras na época romana», *Turres Veteras IV (Actas de Pré-História e História Antiga)*, Torres Vedras, 129-141.
- MATOS, José Luís de (1995): *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Escultura Romana*, Lisboa.
- M.N.A. (2002): «Capeamento de cipo prismático», *Religiões da Lusitânia*. Loquuntur Saxa, MNA, Lisboa, 546, n° 286.
- OLIVEIRA, Ana Cristina (1998): «A *Villa* romana das Almoínhas (Loures) no contexto da presença romana no concelho de Loures», *Da Vida e Da Morte. Os Romanos em Loures*, Loures, 29-41.
- OLIVEIRA, Ana Cristina (2001): «A *villa* das Almoínhas (Loures, Portugal). Apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996», *O Arqueólogo Português*, série IV, 19, 65-94.
- PALOMAR LAPESA, M. (1957): *La Onomastica Personal Pre-latina de la Antigua Lusitania*, Salamanca.
- PEREIRA, F. Alves (1903): «Estatueta ithyphallica», *O Archeologo Português*, 8, 300-304.
- PEREIRA, F. Alves (1917): «Ara romana na Ponte da Póvoa», *O Archeologo Português*, 22, 97-104.
- PFLAUM, Hans-Georg (1977): «Spécificité de l'onomastique romaine en Afrique du Nord», *L'Onomastique Latine*, Paris, 315-323.
- PFLAUM, Hans-Georg (1978): «Onomastique de Cirte», *Scripta Varia*, I (*Afrique Romaine*), Paris.

- RAMÍREZ SÁDABA, José Luis; GIJÓN GABRIEL, Eulalia (1994): «Las inscripciones de la necrópolis del Albarregas (Mérida) y su contexto arqueológico», *Veleia*, 11, 117-167.
- RAU, Virginia (1984): *Estudos sobre a História do Sal Português*, Lisboa.
- RIBEIRO, José Cardim (1974-1977): «Três novos monumentos epigráficos de época romana pertencentes à zona oeste do município olisiponense», *O Arqueólogo Português*, série III, nº 7-9, 277-329.
- RIBEIRO, José Cardim (1982-1983): «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*», *Sintria*, I - II (tomo 1), 151-476.
- RIBEIRO, José Cardim (1987): «*Aponianicus Poliscinius*: Um falso teónimo», *Studia Palaeohispanica - Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Vitoria / Gasteiz, 6-10 Mayo 1985), in *Veleia*, 2-3, 1985-1986, Vitoria, 311-325.
- RIBEIRO, José Cardim (1994): «*Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea», *Al-Madan*, IIª série, nº 3, Julho, 75-95.
- RIBEIRO, José Cardim (2002): «Cipo prismático, de *Galla*», *Religiões da Lusitânia*. Loquantur Saxa, MNA, Lisboa, 543-544, ficha nº 282.
- RIBEIRO, Orlando (1977): *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa.
- SCHULZE, Wilhelm (1966): *Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlin-Zurich-Dublin.
- SERRANO DELGADO, J. M. (1988): *Status y Promoción Social de los Libertos en Hispania Romana*, Sevilla.
- SILVA, Ana Raquel (1998): «A presença romana em Frielas», *Da Vida e Da Morte. Os Romanos em Loures*, Loures, 43-55.
- SILVA, Ana Raquel (2000): «A villa romana de Frielas», *O Arqueólogo Português*, série IV, 18, 71-84.
- SILVA, Vieira da (1944): *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa.
- SOLIN, Heikki; SALOMIES, Olli (1988): *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*, Hildesheim-Zurich-New York.
- THYLANDER, H. (1952): *Étude Sur l'Épigraphie Latine*, Lund.
- TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias (1999): «Fragmento de inscrição referente a um *Iulius*, proveniente de Lisboa», *Ficheiro Epigráfico* 62, nº 283.
- VASCONCELOS, José Leite de (1902): «Notícias várias», *O Archeologo Português*, 7, 54-58.
- VIVES, José (1971-1972): *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona.



Foto 1: Vista geral de CIL II 313 (foto do Museu Municipal de Loures)

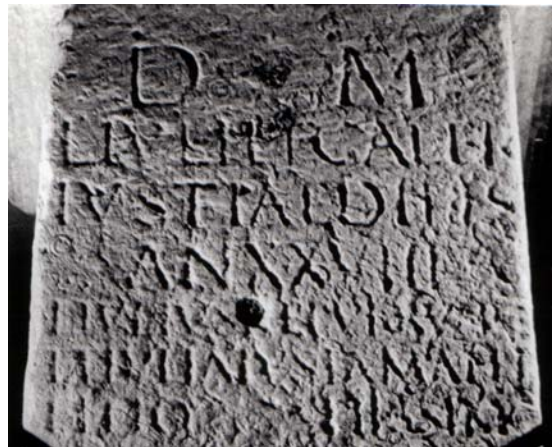


Foto 2: Pormenor de CIL II 313 (foto de J. Cardim Ribeiro).



Foto 3: Epitáfio de Bucelas (foto do Museu Municipal de Loures).



Foto 4: CIL II 272 (foto do Museu Municipal de Loures).



Foto 5: Capeamento da Ponte da Póvoa (*in* Matos, 1995: 121).



Desenho 1: Miliário de Frielas (*in* Azevedo, 1908: 20).